



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638638 - MS (2021/0001462-0)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : NATHALY MARCELI DE SOUZA SANTOS E OUTRO  
**ADVOGADOS** : TAINÁ CARPES - MS017186  
NATHALY MARCELI DE SOUZA SANTOS - MS012694  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
**PACIENTE** : SONIA SILVA DOS SANTOS (PRESO)

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SONIA SILVA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (HC n. 5030572-28.2020.4.03.0000).

A paciente foi presa em flagrante em 24/5/2020, pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 33, *caput*, c/c art. 40, inciso I, e 35, todos da Lei n. 11.343/2006. Em 14/8/2020, foi concedida a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, mediante monitoramento eletrônico.

As impetrantes sustentam que a paciente é ré primária, de bons antecedentes, possui residência fixa, ocupação lícita e um filho de 10 anos. Aduz ainda excesso de prazo na prisão, pois está presa há mais de 7 meses.

Requerem, liminarmente, a concessão de ordem liberatória em favor da paciente, determinando-se a imediata expedição de alvará de soltura. Subsidiariamente pedem, nos termos do art. 319 do CPP, que sejam aplicadas outras medidas cautelares diversas da prisão e que seja autorizado à paciente trabalhar.

No mérito, pugnam pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente